

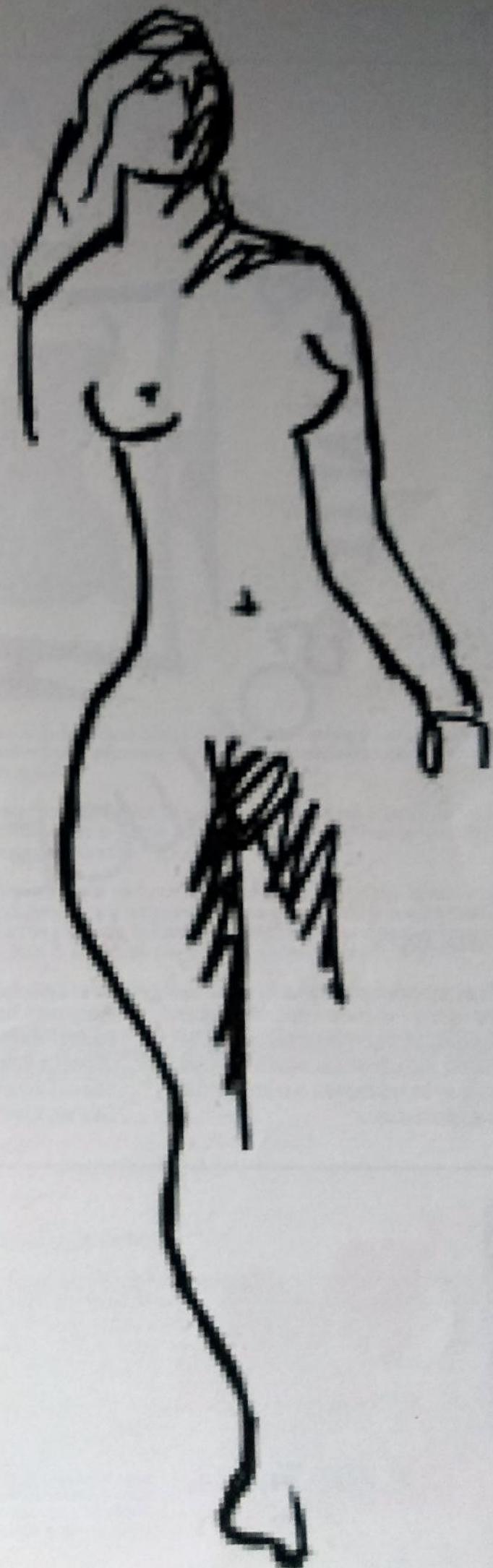
2006 – BOLETIM INFORMATIVO/NEWSLETTER – ARTE+ARQUITECTURA

TELES GRILLO, Maria João (2006) "Periferias Urbanas", in Arte+Arquitectura, Boletim Informativo nº 00, Departamento de Arquitectura, Universidade Lusíada de Angola

TELES GRILLO, Maria João (2006) "Urban Peripheries", in Arte+Arquitectura, Newsletter nº 00, Department of Architecture, Universidade Lusíada de Angola

Arte+Arquitectura

Arte+Arquitectura ■ Boletim Informativo ■ Outubro 2006 ■ n°00 ■ Dpt. Arquitectura ■ Universidade Lusíada de Angola



Professora Doutora Maria João Teles Grilo

Arquitecta e docente de Projecto I e Teoria de Arquitectura I da Universidade Lusíada de Angola.
Projecto de Investigação apresentado em Julho de 2005 no Ciclo de Palestras do C.E.I.C. Da Universidade Católica de Angola



Reestruturação e desenvolvimento urbano

Creio que todos estamos conscientes de viver sob os condicionalismos de uma globalização rápida que está a mudar as políticas dos governos de todos os países de forma a regularizar as suas actividades económicas e proteger grupos dos rigores do mercado os pobres e outros grupos vulneráveis. A problemática é particularmente difícil nos países em desenvolvimento e afecta todas as áreas, incluindo o problema dos grandes centros urbanos, da terra urbana e do mercado habitacional. Os graves problemas e os desafios com que mundialmente nos debatemos percebem-se dentro das cidades.

É genericamente aceite que as cidades são a força condutora por trás do desenvolvimento económico e social. São alvóculos humanos que albergam milhões de pessoas: Londres 14 milhões, São Paulo 20 milhões, Luanda 5 milhões, com percentagens, todas elas, significativas de uma pobreza estrutural cada vez mais alargada.

Estima-se que, a percentagem de pessoas excluídas do mercado formal da terra, e habitação e dos circuitos económicos formais no mundo inteiro, seja de 40%. Nos países desenvolvidos 15% a 17% das populações urbanas vive fora dos sistemas convencionais dos mercados económicos e de habitação. Em Luanda, Bogotá, México, Nova Deli, 80% do mercado económico e de habitação é desenvolvido por canais informais e urbanizações piratas, o que prova que o sector público, privado e o privado informal se movimentam e direcionam os seus esforços em direcções divergentes. (Imagens de manchas de ocupação em vários países) Angola não difere dos outros países em relação às razões e ao número do crescimento das suas áreas urbanas, embora a guerra tenha acelerado esse processo.

Mesmo que a migração urbana diminua com o fim da guerra, as áreas urbanas de Angola, e de Luanda em particular, continuaram a crescer rapidamente por algum tempo devido ao perfil demográfico (etapas de idades dominantes e taxas de fertilidade). Embora alguns residentes possam optar por sair das áreas urbanas para as rurais (especialmente se tiverem oportunidade de desenvolvimento rural) ou mudar dum área urbana para outra, a tendência geral em situações de pós-conflito é de relocação ilimitada, dado que a maioria perdeu os seus sistemas de vida e não pode arriscar perder a sua base actual de sobrevivência.

O prognóstico é de crescimento contínuo da população urbana.

As áreas urbanas representam uma oportunidade económica e social. A escala de crescimento urbano em si é um factor no desenvolvimento económico geral parcialmente devido à produção de bens mas especialmente ao fornecimento cada vez maior de serviços e à existência de mercados.

A vasta maioria dos residentes peri-urbanos de Angola, que constitui 3% da sua população, tem ocupado a terra através de mecanismos informais, muitas vezes envolvendo as instituições administrativas locais. Existe um mercado activo informal de terra para a compra da terra, casas e arrendamento de casas. O mecanismo mais comum tem sido a compra de terra com documentos de testemunha. Inquirida sobre o assunto, a maior parte da população considera-se segura na posse da terra, embora muito poucos tenham a compreensão do contexto legal e administrativo formal.

Não podemos esquecer que a maioria dos agregados peri-urbanos tem investido bastante na auto-construção das suas habitações e das suas unidades produtivas como forma de consolidação das suas posses e da sua situação sócio-económica, mesmo que inadequadas em relação às necessidades, e tentam investir ainda mais para melhorar as suas circunstâncias sócias e transmiti-las aos seus herdeiros.

Os dados da nossa realidade falam de um nível alto de pobreza estrutural, ou seja:

- grande percentagem de população a viver abaixo do limiar da pobreza;
- altos níveis de dependência;
- baixos níveis de acesso à infra-estrutura física e social e
- uma economia de base informal.

Os dados sobre Luanda são elucidativos:

- 80% da população vive em situação de elevada carência;
- 61% dos agregados familiares encontra-se a viver abaixo do nível da pobreza;
- Uma parte significativa da população desenvolve actividades geradoras de rendimento no campo das actividades informais;
- A idade média da população é 20 anos;
- A esperança de vida é de 43 anos (a sul do Sahara é de 50 e nos países desenvolvidos é de 78);
- O nível de fertilidade é de 8 filhos por mulher;
- O crescimento de Luanda é de 6% ao ano;
- Os níveis de migração variam entre 3,75 a 4,75%;
- O P.I.B. é de 1230USD (nos países sub-saharianos é de 1560USD e o Banco Mundial considera como países de baixo rendimento aqueles que atingem os 1990USD)
- O Índice per capita de utilização de energia eléctrica é de 162 kWh (na região sub-sahariana é de 423 kWh e nos países desenvolvidos é de 845 kWh);
- O sector petrolífero é responsável em cerca de 90% das receitas de exportação e cerca de 50% da produção nacional contabilizada.

O petróleo é o factor principal de vulnerabilidade da economia angolana ao mesmo tempo que gera significativas distorções no funcionamento da economia interna, nos mecanismos de criação e distribuição do rendimento nacional.

Perante esta realidade, qualquer intervenção do Estado (legal, administrativa e física) tem que basear-se na situação existente, no seu potencial e inclui-lo como factor nas políticas de desenvolvimento urbano. Porque ao tentar mudar esta situação radicalmente levaria a distorções sociais e a elevar perigosamente o nível de instabilidade.

Todas as cidades são o reflexo da sua realidade social e económica.

Nenhuma estratégia urbana de desenvolvimento, projectos e programas de intervenção devem excluir sistematicamente a maioria da população quer baseada na fundamentação legal ou técnica ou devido à falta de capacidade institucional, o que bloqueará essencialmente a governação e inibirá o desenvolvimento.

A carência de terra, bem como dos serviços básicos, leva a população a resolver os problemas informalmente. Os sistemas formais de oferta não satisfazem a procura. Considerar os sistemas informais como ilegais significa pôr a maioria da população fora de lei e esvazia a lei em si. Muitos sistemas informais, embora de várias formas inadequados, são mais legítimos e mais operativos que os sistemas formais.

Na maioria das metrópoles dos países em desenvolvimento, os problemas são idênticos: América Latina, África e Ásia. Estamos, por isso, a falar de um problema extensivo a 3/4 do mundo.

E, por isso, não nos deve surpreender que em muitos países que vivem situações críticas, as respostas ao desenvolvimento urbano não passam pelas formas convencionais de resolver a cidade tradicional. A mega cidade já não tem nada a haver com a cidade tradicional. Estas novas e inovadoras maneiras de abordar o problema que se têm vindo a implementar mundialmente são soluções diversificadas, planos estratégicos baseados mais nas necessidades e muitas vezes no desespero do que por inspiração conceptual e nunca fruto de devaneios teóricos ou académicos, como muitas vezes são apelidados.

É importante assinalar que em todos estes países se começa a reconhecer que nem o sector público nem o sector privado por si só têm capacidade de resolver os problemas urbanos e de habitação das crescentes populações urbanas. Unir esforços é o primeiro passo para a mudança.

Estes dois sectores têm funcionado com uma desconfiança mútua, posicionando-se em lados opostos da barricada, acusando-se de incompetências, corrupções, falta de ética. Mas todos nós somos actores a ser responsabilizados por uma melhor cidadania.

Reconhecendo a responsabilidade que o sector público tem com a comunidade e o meio ambiente, sabemos também que a economia mundial tem obrigado o sector privado a responder com uma relação mais equilibrada e sensata de custos e preços sempre vantajosa, porque se assim não fosse, certamente não estariam no mercado.

Periferias urbanas

Perguntaremos o que tem sido feito em Angola no sentido do controle do desenvolvimento urbano. Várias coisas:

- O plano de uso de solos e Gestão de Crescimento Urbano;
- Plano de ordenamento territorial;
- A Carta Estratégica de Luanda;
- Programa de reassentamento de populações...

As suas estruturas de concepção baseiam-se em formas tradicionais de transformação de cidade às quais os planos directores e os planos de grande escala deram resposta até aos anos 80. Hoje, os urbanistas experimentados reconhecem que a dinâmica das urbes em termos de circulação de pessoas, das suas mutações constantes, de acontecimentos, ultrapassa e sobrepuja largamente o tempo necessário à aplicação dos mesmos, o que os torna, no formato conceptual com que são feitos, inoperantes e rapidamente desactualizados.

Devem ou não fazer-se planos directores? Devem, outros moldes que falam de linhas de desenvolvimento estratégico, de orientações face à vocação de cada cidade, às grandes linhas de comunicação que facilitam os fluxos permanentes. Com base nessas macro definições, as intervenções na cidade devem ser feitas com planos parcelares.

A enorme quantidade de variáveis mutáveis que entram neste jogo não pode ser resolvida com os mesmos instrumentos de controlo e gestão da cidade. Devem ser como guias em fases sucessivas, que substituam os planos gerais e apontem para planos parcelares de transformação, para as respostas da cidade baseadas em morfologias abertas, interactivas com os mínimos critérios mas com regras essenciais que organizem e dêem formas concretas ao rápido crescimento que estas metrópoles têm.

Estes critérios não podem ser só critérios de desenho urbano devem entender e integrar redes produtivas, malhas sociais, as transacções permanentes.

Em todas estas metrópoles, as estruturas emergentes, as energias e os recursos produzem-se capilarmente. As novas metrópoles são cidades desterritorializadas e a sua estrutura básica é a rede de indivíduos. Os fluxos de distribuição e transacção constituem o verdadeiro cerne da cultura urbana contemporânea.

Somos poucos, os investigadores que hoje, mundialmente trabalhamos sobre os novos conceitos e sobre as propostas reais de reestruturação e expansão da cidade contemporânea. Embora vivamos as dinâmicas das cidades diariamente, sentindo-lhe os efeitos, a nostalgia da cidade tradicional domina os discursos e a resistência em admitir a necessidade inevitável de abordar e transformar por outros mecanismos que não os de cidade tradicional, permanece.

Esta necessidade de mudança não deve ser entendida necessariamente como negativa. O que assusta as pessoas é que a expansão formal destas mega cidades é efectivamente fragmentada, pobre, desordenada. Essa imagem exterior, essa roupagem criam nos poderes e nos cidadãos comuns o desejo de destruir, de as negar. Mas o grande desafio e as várias soluções estão em perceber, estudar, sistematizar os mecanismos económicos e sociais, encontrar as lógicas internas da sua dinâmica cultural e produtiva e integrá-las intelligentemente em novas propostas arquitectónicas e urbanas, cuja imagem não tenha o rosto da pobreza. É aqui que está o cerne da mudança, o ponto de inflexão das sociedades urbanas.

As sociedades das mega cidades de todo o mundo e Luanda é um exemplo disso - vivem processos de grande autonomia. As directrizes principais procedem mais do interior dos seus processos e são elas que estabelecem as linhas conjugadoras dos espaços, a partir das suas lógicas próprias e desde o enunciado das suas necessidades.

Se as propostas urbanas não integrarem isso, se não perceberem as lógicas que existem atrás de um caos só aparente, seremos capazes de transformar as nossas cidades? O que temos feito é ter vergonha das nossas miséries, vergonha da nossa pobreza, de colas de que somos iguais a que somos iguais a % do mundo. Achamos que está tudo errado neles e, no entanto, temos tanto a aprender com eles.

Só podemos fazer pais, só podemos fazer cidade, se estudarmos, aprendermos com os seus modos sociais, produtivos, económicos, culturais; então, mediante projectos feitos por profissionais competentes mas conhecedores profundos dela poderemos fazer cidade que estimule o desenvolvimento dessas dinâmicas de uma forma mais estruturada, mais organizada, com rostos, formas mais lavadas, mais saudáveis e mais belas.

Não é isso que temos feito. Infelizmente os nossos bairros sociais, os nossos bairros para as classes altas falam dos mesmos erros do dualismo urbano da segregação social, do não fazer cidade.

Fazemos apenas amontoados de habitações.

Os bairros sociais que não albergam nem sequer a dignidade humana. Os ghettos, as chamadas vilas construídas para as classes altas, cuja relação preço - qualidade é muito desajustada, falam do isolamento dos problemas da cidade, pela ilusão da protecção dos muros altos.

Todos eles reflectem o desconhecimento das nossas lógicas culturais, económicas e sociais. São dormitórios sem estrutura intrínseca da qualidade urbana, vias de comunicação, jardins, escolas, equipamento desportivo e social, estruturas comunitárias, serviços onde a vida das várias classes sociais se cruza e interaja.

Nos últimos tempos temos assistido a uma onda de revivalismo de arquitectura clássico - eclética, própria da cidade capital do Século XIX, assim como o revivalismo neonacionalista com repertórios ideológicos e linguísticos que têm como pano de fundo a ideia bacoca de que certas expressões da arquitectura são capazes de fabricar e controlar a totalidade do ambiente, ocultando outros modelos e sem capacidade para imaginar e se deter na imagem global do que realmente acontece à nossa volta. Fazer cidade não é construir simplesmente edificações ou barros de casas, mas sim, construir comunidade, ou seja, construir uma interdependência entre emprego, espaço público, equipamento social, onde as soluções para as habitações fazem parte de um contexto e de uma projecto de cidade.

Nas cidades metropolitanas de terceiro mundo, a habitação tem um peso grande na estrutura urbana, por ser o coração da família, o lugar de produção das economias domésticas, o lugar de comercialização.

Há uma ideia generalizada de que não é possível resolver Luanda. Podemos provar que sim. Todas as outras grandes cidades estão a fazê-lo lentamente. Os seus profissionais estamos a falar de cidades com mais de cinco milhões de habitantes acreditam nisso e têm tornado isso possível.

Em nenhum destes países, que são muitos, sobre nenhuma destas cidades os urbanistas experimentados enunciaram a possibilidade absurda de abandonar a cidade, fechá-la, substituí-la. Outras cidades serão necessárias mas o carisma de um corpo com tantas histórias, memórias, tantas dores e tantos sorrisos, embalados numa cidade sincrética como Luanda, não pode imaginar ser abandonado.

Perguntarão como é que isso se faz. Certamente que as propostas concretas não cabem aqui nesta palestra; serão a apresentar aos actores principais, com capacidade e interessa em que isso aconteça. Mas gostaria de vos dar uma ideia geral da estrutura que possibilita a sua materialização:

Os quatro factores fundamentais para a reestruturação urbana são:

- Aumento da oferta de terra urbana para habitação
- Aumento da eficiência do mercado
- Melhoria do acesso à terra por parte dos grupos sociais mais pobres
- Relações mais produtivas entre os sectores privado, público, associações ONG's, sociedade civil em geral

Para que tal aconteça são necessários uma aceitação e um reconhecimento dos interesses legítimos de todas as partes, assim como uma definição clara dos seus papéis. Proprietários, construtores informais, urbanizadores formais,

investidores privados e as comunidades dos vários estratos sociais, sobretudo as de baixo rendimento, pelo facto de constituírem a maioria da população.

Todos estes actores têm de ser ganhadores, têm de ver os seus interesses e necessidades satisfeitos.

Não há apenas uma única solução, mas várias soluções diversificadas. Não há uma opção de política de oferta que possa reunir todas as vantagens e não ter nenhuma limitação. A eficiência dos programas depende do estabelecimento e manutenção de um equilíbrio entre uma ampla gama de necessidades e procura, dentro de um grande leque de ofertas.

ACTORES

ESTADO

O Estado deve ter uma postura participativa de incentivo e de apoio e de perspectiva a longo prazo e não apenas de conjuntura.

As áreas de actuação de Estado, fundamentalmente, são: legislação; terras e gestão de solos; subsídios indireto.

Deve ser prioridade do Estado a criação de legislação relacionada com:

- a criação de mercado ou seja um quadro atractivo para o sector privado poder ser um actor activo
- garantias
- criação de mecanismos eficientes de solução de conflitos
- Desburocratização dos processos de avaliação e aprovação

Intervenção mais acentuada por parte do Estado e Entidades Governamentais no estabelecimento de legislação específica, eficaz mas simples e de programas que apóem a construção e aquisição de habitação por parte de estratos médios e baixos, fazendo com que exista a possibilidade de gerar uma oferta legal de habitação para os sectores mais marginalizados da população.

É necessário desenhar uma política que administre um subsídio indireto estatal aos demandantes de menores recursos.

Como os recursos estatais não são suficientes e não se pode implementar uma política urbana e habitacional dependente dos subsídios, busca-se um modelo de financiamento a longo prazo, devidamente implantado, e que permita financiamentos a 80% sem subsídio indireto.

Numa proposta de gestão de solos para a implementação de projectos urbanísticos integrais, é essencial a aprovação ao nível central, sem esquecer as opiniões, perspectivas e oportunidades sobre o assunto dos governos locais. Uma proposta deste género estabelece a necessidade de ter uma visão sistemática das cidades e estratégia para as mesmas.

Uma gestão intencionada dos solos contribui para o melhoramento da qualidade dos centros urbanos e dos bairros. Para tal deve-se alcançar maior equidade na distribuição territorial e diversificar as localizações de "stock" de terrenos.

Este facto é essencial para evitar o dualismo urbano e atrair financiadores e construtores privados para os programas sociais prende-se com o facto de os terrenos estarem localizados longe dos eixos principais.

FINANCIADOR

Existe, hoje, linhas de crédito vocacionadas ao investimento privado e micro crédito. No entanto, é necessário adequar um sistema financeiro mais de acordo com a procura, com as realidades do país; que cumpra com os requisitos do mercado de capitais.

Optimizar os mecanismos financeiros que permitem satisfazer as diferentes necessidades, com a promoção do ingresso do sector financeiro no financiamento das habitações de baixo custo.

Novos instrumentos financeiros com o aval do Estado e isenções tributárias.

CONSTRUTOR

O construtor possui a experiência na logística dos projectos, no manejo dos materiais e nos processos construtivos mas não a capacidade nem o direito legal da elaboração dos projectos de planeamento e arquitectura, dos quais são executores. Este, será reservado à equipa técnica. O construtor não poderá/ deverá ser visto apenas no papel do "edificador", mas também com um papel integrador e integrante no processo de desenvolvimento urbano e reestruturação urbana. A realidade obriga a procurar resposta a temas como a produção de materiais de construção e às novas tecnologias de construção, sobretudo para a produção de habitação. A aplicação de novas tecnologias e qualificar a direcção de obra, são algumas ferramentas que as empresas terão que trabalhar com o objectivo de alcançar as metas no controlo dos custos do m² de construção.

A rentabilidade na produção, sobretudo de habitação e habitação de baixo custo, obtém-se através da produção massificada, embora controlada por normas e regras, e obriga a garantir altos níveis de eficácia e produtividade.

Os altos índices de rentabilidade a que o sector está habituado, contribuindo, também, para a situação de especulação imobiliária, terão que ser transformados na produção de habitação, tendo novos horizontes de rentabilidade, entre os 8 e 10%. Estes cenários que podem parecer desmotivadores podem ter contrapartidas muito aliciantes ao sector privado, sempre na perspectiva de fazer cidade.

COMPRADORES

Os usuários das habitações são actores aparentemente passivos mas são aqueles que tomam a

decisão final donde vão viver e como vão viver, independentemente das circunstâncias. Consultar as suas expectativas e trabalhar com elas na orientação para culminar o processo de venda satisfatoriamente, impulsionando de maneira definitiva os projectos.

O comprador tem como característica a tendência à informalidade; salários insuficientes para a aquisição de habitação segundo os parâmetros tradicionais. A progressiva conversão ao mercado formal do sector mais desfavorecido da população passa pela credibilidade que a materialização progressiva pode gerar.

A ENTIDADE TÉCNICA REGULADORA E FISCALIZADORA (PARCERIA PRIVADA/PÚBLICA)

A criação de uma entidade técnica independente, com direitos e obrigações estatutários, que regulamente e fiscalize de modo a articular de forma plural e participativa uma política de Estado, que defina os objectivos, as acções, as regras, as tarefas e responsabilidades de cada um dos actores.

A estratégia, como caminho para enfrentar a informalidade urbana, baseia-se na necessidade de produzir habitação a baixo custo a partir de uma vontade e intervenção estatal no mercado da terra e que visa uma habitação a preços abaixo dos "standards" da construção, reformulando-se conceitos de produção e abrindo novos cenários de oferta e procura.

O conceito não é o de construir, simplesmente, edificações, mas sim construir comunidade a partir da organização social, donde o beneficiário de uma solução de habitação faz parte de um contexto e de um projecto de cidade.

Estes programas devem desenvolver uma adequada competitividade dos agentes privados no processo de

"urbanizar", em que os valores mínimos estabelecidos não vão em detrimento da qualidade urbanística e arquitectónica, bem como da dignidade na habitação. Não há apenas uma única solução, mas várias soluções diversificadas. Não há uma opção de política de oferta que possa reunir todas as vantagens e não ter nenhuma limitação. A eficiência dos programas depende do estabelecimento e manutenção de um equilíbrio entre uma ampla gama de necessidades e procura, dentro de um grande leque de ofertas.

Devem desenhar-se medidas de planeamento, projectadas em normas e regulamentações para guiar o rápido crescimento e gestão das cidades, racionalizar o transporte e integrar um padrão de assentamento, dando continuidade, de maneira coordenada dentro de uma política urbana que permita afrontar o "deficit" de habitação e desenvolver as cidades.

Problemas relativos aos fluxos e transporte urbano, serviços públicos, bem-estar social, às qualidades estéticas e culturais, ao meio ambiente, à gestão dos recursos, ..., implicam desenvolvimento urbano sustentável.

Não podemos, não devemos caminhar em sentidos opostos e isolados, se quisermos fazer um caminho que possibilite um caminho comum.

Como diz Júlio Teles Grilo:

Têm de compreender o difícil que é explicar aos outros como nós arquitectos, somos parte financeiros, parte políticos, parte sociólogos, parte artistas, parte de muitas partes e dizer-lhes que todas as coisas são assim, como o pão, que tem farinha e fermento e sal e água e no fim, é pão.

Espaço + Estudante

Periferias urbanas



Denilson Laureano Ferreira Gonçalves

Estudante do 3º ano de Arquitectura na Universidade Lusíada de Angola. Trabalha no Dpt. De Arquitectura e é membro da Tuna Académica "Tuna Matata" da U.L.A. Vencedor ex-aequo do Concurso de Fotografia "Periferias Urbanas". Autor do Logótipo da Tuna Matata e da Imagem do Fórum de Arquitectura do N.E.A.A.U.D e Membro da Equipa Técnica que elaborou o Documentário "Mais um dia de vida".



Alex Belanov Teodoro Daniel

Estudante do 3º ano de Arquitectura na Universidade Lusíada de Angola. Trabalha na Progest como Técnico Criativo. Vencedor ex-aequo do Concurso de Fotografia "Periferias Urbanas". Autor do Projecto "Bar Lusíada" e Membro da Equipa Técnica que elaborou o Documentário "Mais um dia de vida" e do Ciclo de Cinema Polaco de Andrzej Fidyk.

Deparei-me com imagens que tocaram a minha sensibilidade, que me obrigaram a reflectir. Quis mostrar estas pessoas, quem são, como vivem. Encarando suas personalidades, foi possível perceber o que elas sentem, como sobrevivem.

Foi assim possível sentir que de muito cansaço e sem dinheiro os seus chinelo gastos tornaram-se as dobradiças das portas e das janelas pregadas por fora, as tampas das garrafas as anilhas para pregos, a armação de uma cama estragada a demarcação do quintal e a cor amarela, azul real e o branco deram mais alegria à sua casa de sentimentos tristes.

Foi assim possível compreender que ninguém esquece como se vive, por mais que a vida nos obrigue a sobreviver.

E nesta vida de sobrevivência, sobrevivência tal que nos faz seguir o curso de um rio de sofrimentos múltiplos, de proezas intermináveis, de sonhos por vezes não concretizáveis, mas mesmo assim, sempre sonhos possíveis.



Cidade. Vida Urbana. Vivência e interacção entre os cidadãos. O que são? Que rastro deixam na cidade de todos, vivida por alguns?

São muitos os sinónimos que traduzem "luandar"; anestesia, torpor, ingenuidade, invasão, ruído, caos. Cada um deles representando uma forma de estar na cidade dos anónimos que lhe dão nome.

Diz-se que as cidades lêm-se como livros, Luanda porém é uma cidade difícil de se ler, o princípio perde-se com o destino, não há meio, há somente o medo do fim.

É preciso interpretar, mas como?

Leva-se tempo para interpretar as ruas que constroem a cidade, a paisagem que a define, quase como se ela fosse um belo gigante adormecido que após o ocaso espera por um nascente.

